

GENTRIFICAÇÃO VERDE NA CIDADE DE CURITIBA

GREEN GENTRIFICATION IN THE CITY OF CURITIBA

BEATRIZ F. ABREU, PEDRO Z. M. HORN, NATHÁLIA S. MENDES, CAROLYNA C. QUINTAS,
MARIA F. R. SILVA

RESUMO

Este artigo busca analisar a contradição existente nas estratégias de qualificação urbana e a produção de espaços verdes em Curitiba, que constituem o fenômeno da gentrificação verde, em um processo que resulta na mudança no perfil econômico da população residente no entorno das novas áreas. A análise se baseia no estudo de casos similares de gentrificação verde observados pela bibliografia em outras cidades e nos casos dos parques Tinguí e Tanguá em Curitiba, com emprego de metodologia de análise histórica, censitária e evolutiva para o estudo do parque Barigui. Inicialmente, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre os aspectos relativos à gentrificação, gentrificação verde e a cidade de Curitiba. Como resultado da análise, observamos como o histórico de políticas públicas locais foi influenciado por agentes gentrificadores como parte de um projeto de construção de imagem da cidade. Observamos também a relação entre esse planejamento estratégico e o processo de produção capitalista da cidade, que resultou em alterações no entorno dos parques após sua implantação e prejudicou residentes desproporcionalmente com base em raça, etnia e classe.

Palavras-chave: Gentrificação verde. Qualificação urbana. Re-urbanização. Exclusão.

ABSTRACT

This article seeks to analyze the existing contradiction in the urban qualification strategies and the production of green spaces in Curitiba, which constitute the phenomenon of green gentrification, in a process that results in a change in the economic profile of the population living in the surroundings of the new areas. The analysis is based on the study of similar cases of green gentrification observed by the bibliography in other cities and in the cases of the parks Tinguí and Tanguá in Curitiba, using a methodology of historical, census and evolutionary analysis for the study of the Barigui park. Initially, a bibliographic survey was carried out on aspects related to gentrification, green gentrification and the city of Curitiba. As a result of the analysis, we observed how the history of local public policies was influenced by gentrifying agents as part of a project to build the city's image. We also observed the relationship between this strategic planning and the city's capitalist production process, which resulted in changes to park surroundings after their implementation and disproportionately impaired residents based on race, ethnicity and class.

Keywords: Green gentrification. Urban qualification. Re-urbanization. Exclusion

HISTÓRICO E DEFINIÇÕES DA GENTRIFICAÇÃO VERDE

O termo gentrificação vem do inglês *gentrification*, cujo radical *gentry* tem sentido de elite, e seu significado pode ser traduzido também como elitização no português. A gentrificação se faz presente quando moradores de baixa renda de determinado local são deslocados para outra região da cidade enquanto o local de onde vieram é reocupado por moradores de classes mais altas. A primeira utilização do termo em inglês foi feita em 1964 por Ruth Glass, uma socióloga britânica, ao descrever o processo de povoamento pela classe média de bairros centrais de Londres que eram mais antigos e desvalorizados; o que contrariava a dinâmica comum da época, em que os subúrbios eram mais desvalorizados enquanto o centro possuía destaque na sociedade.

Deste panorama, partimos então para um processo que vem sendo estudado recentemente, um tipo mais específico de gentrificação conhecido como “gentrificação verde”, “gentrificação ambiental” ou mesmo “gentrificação ecológica”, no qual intervenções urbanas relacionadas ao desenvolvimento sustentável (a exemplo de parques, jardins e hortas comunitárias, moradias sustentáveis, entre outros) criam enclaves de privilégio ambiental quando residentes de minorias e baixa-renda são excluídos das vizinhanças onde o novo espaço verde é criado (ANGUELOVSKI et al. 2018). O termo foi cunhado em 2016, quando da publicação do livro *“Green Gentrification: Urban sustainability and the struggle for environmental justice”*. Seus autores, Kenneth A. Gould e Tammy L. Lewis, assim definem o processo:

O processo de gentrificação verde é iniciado por iniciativas ecológicas que criam ou restauraram amenidades ambientais. As amenidades ambientais atraem grupos mais ricos de residentes e expulsam os residentes de baixa renda, criando a gentrificação verde (GOULD; LEWIS, 2016, p.4).

Enquanto tem ocorrido, nas últimas décadas, um movimento no planejamento urbano da criação de espaços verdes como estratégia de melhoria das cidades, de forma a torná-las mais saudáveis e esteticamente atraentes, Wolch, Byrne, e Newell (2014, p.204) argumentam que tal processo também “aumenta os custos de moradia e os valores imobiliários, levando à expulsão dos moradores originais, mais economicamente vulneráveis, ao invés de beneficiá-los com as estratégias de espaço verde” (tradução nossa). Tem-se, então, uma contradição: estratégias de espaços verdes criadas muitas vezes com reais intenções de melhoria ambiental e urbana, acabam por fomentar a substituição, intencional ou não, da população local, por classes sociais mais altas.

Numerosos casos da gentrificação ambiental vêm sendo estudados nos anos. Goossens, Oosterlynck e Bradt (2019) retratam o caso de Ghent, cidade na Bélgica onde a região do Porto Brugse realizou diversas “intervenções verdes” nas últimas duas décadas e, por meio de entrevistas comparativas entre novos e antigos moradores, percebeu-se que os residentes de longa data vêm sentindo pressões de deslocamento significativas como resultado da ecologização urbana. De maneira análoga, em Los Angeles, após investimento estatal para a revitalização de parques comunitários, notou-se entre moradores o temor com a necessidade de deslocamento (YUDELEVITCH, 2019, p.34). No Brasil, podemos citar o caso de Goiânia onde, similarmente, tal processo foi observado por Sakata, Medeiros e Gonçalves (2018): houve, na capital goiana, grande verticalização destinada às camadas de renda mais altas nos arredores de parques da cidade.

Wolch, Byrne, e Newell (2014) citam ainda a existência de diversos estudos que evidenciam a injustiça na distribuição de espaços urbanos verdes, que desproporcionalmente prejudica residentes com base em raça, etnia e classe. Dada a importância benéfica que tais espaços apresentam para a população, a gentrificação verde se vê ainda mais preocupante quando se considera que a própria dinâmica urbana privilegia determinados estratos da sociedade em detrimento das pessoas pretas e periféricas.

CURITIBA E A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE CAPITAL ECOLÓGICA

Requalificar e mercantilizar

O estudo dos processos de gentrificação que vinham ocorrendo nas cidades relacionaram o fenômeno às práticas sociais, aos comportamentos econômicos e às políticas públicas locais. Nesse entendimento, os efeitos da gentrificação eram determinados por um conjunto de fatores, como o posicionamento dos atores sociais agentes da gentrificação.

A partir dessas observações, Smith (2006 *apud* GONÇALVES, 2018, p.24) infere que a gentrificação passou a fazer parte de uma ampla reformulação econômica, social e política do espaço urbano, e apresenta a década de 1980 como sendo o marco temporal para a difusão do fenômeno no mundo. Essa data coincide com uma série de políticas públicas urbanas de requalificação progressiva das cidades influenciada por agentes gentrificadores, representados pelo Estado, por empresas, ou mesmo em parcerias público-privadas. Essas iniciativas foram concomitantes ao surgimento

do “marketing urbano”, que conseqüentemente resultou na mercantilização desses processos por parte do poder público e do grande capital (GONÇALVES, 2018, p.29). Nesse período, cidades como Curitiba passaram a ter visibilidade internacional devido à competição entre as cidades, e, com isso, a administração local começou a se interessar pela recuperação de elementos urbanos valorizados pelas classes média e alta. Essa estratégia de mercantilização da cidade através dos governos locais é indicada por Sanchez (2001 apud GONÇALVES, 2018, p.30) como alinhada a processos de reestruturação urbana e de construção de imagem que permitem sua venda e inserção no mercado.

Nesse ponto, pretendemos destacar, a partir da dinâmica hegemônica – não apenas capitalista, mas histórico-social na produção do espaço –, os impactos dessas iniciativas e constructos de paisagens a serem consumidas pelas classes média e alta ao longo do tempo, tal como verificado em casos como o da cidade de Curitiba, capital paranaense. Entende-se a cidade-mercadoria, desse modo, com base nas imagens-síntese e discursos sobre a cidade criados por meio de instrumentos de difusão e afirmação, que cumprem o interesse de reprodução do capital enquanto mecanismo de produção do espaço social.

Assim, a atratividade dessas áreas transformadas ou geradas para moradia, consumo e lazer da população de maior renda, que constitui fenômeno da gentrificação, é influenciada pela produção e oferta estratégicas criadas pelos produtores de espaço, sejam eles governantes ou setor privado. É preciso ressaltar que esse processo não se restringe à requalificação propriamente dita: é contido em uma proposta complexa articulada com projetos de transformação das funções, do uso e do valor do solo também (SILVA, 2006 *apud* GONÇALVES, 2018, p.26). No entanto, para fins desta análise, as políticas públicas referidas se relacionam principalmente à produção dos espaços verdes na cidade, que se intensifica a partir do ano 2000 também entre as principais metrópoles brasileiras (Tabela 1).

O destaque de Curitiba se deve a alguns fatores, que se relacionam, sobretudo, ao histórico de grandes transformações urbanas pelas quais a cidade passou.

município	parques no ano 2000			parques no ano 2017			crescimento
	número	área (m ²)	m ² /hab	número	área (m ²)	m ² /hab	
São Paulo	40	26,112,671	2.50	116	35,005,821	2.89	15.54%
Belo Horizonte	29	4,842,266	2.16	62	7,735,913	3.07	41.70%
Goiânia	3	301,130	0.28	42	5,490,083	3.74	1259.20%
Distrito Federal	21	32,159,489	15.68	33	118,703,827	39.05	149.09%
Vitória	8	2,579,129	8.82	13	3,048,388	8.39	-4.86%
Curitiba	30	18,045,935	11.37	52	28,115,620	14.73	29.59%
Campo Grande	4	1,744,261	2.63	11	7,399,093	8.46	222.01%
Manaus	1	420,500	0.30	14	1,275,720	0.60	100.21%
Recife	9	618,138	0.43	14	3,998,904	2.45	471.38%
Rio de Janeiro	30	59,308,996	10.12	42	107,126,656	16.43	62.28%
Salvador	9	6,320,000	2.59	12	7,240,000	2.45	-5.26%
Fortaleza	6	139,217	0.07	8	11,709,217	4.46	6754.79%
Belém	4	14,137,000	11.04	6	14,223,000	9.79	-11.28%
Porto Alegre	11	2,727,600	2.00	13	3,098,200	2.09	4.08%
SOMA	205	169,456,332	4.94	438	360,170,164	9.34	88.91%

Tabela 1 - Dados do número de parques e crescimento de área de parque público por habitante nas principais capitais brasileiras.

Fonte: Sakata (2018, p.133), adaptado pelos autores.

HISTÓRICO DAS GRANDES TRANSFORMAÇÕES URBANAS: PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A execução e detalhamento das principais diretrizes do Plano Preliminar de Urbanismo (PPU), coordenado pelo arquiteto Jorge Wilhelm e instituído em 1965, matriz do Plano Diretor que transformou o espaço urbano de Curitiba na década de 1970, desencadeou a metropolização ao final da década de 1980 na capital. Esse processo gerou ainda uma ocupação espacial seletiva, em que as periferias e os municípios do entorno foram destinados aos imigrantes e à população de baixo poder aquisitivo, enquanto as áreas com mais melhorias urbanas foram apropriadas pelos moradores com maior renda. Essas áreas, que contam com a presença de diversos parques, estão concentradas na porção norte da cidade, como será abordado nos tópicos seguintes.

Durante a década de 1990, então, o discurso de valorização da imagem do espaço urbano de Curitiba foi estruturado a partir de estratégias de promoção da imagem da cidade e com base em projetos com alta visibilidade midiática nacional, como a Ópera de Arame e o Jardim Botânico – que estabelece uma relação defendida por autores como a “estética do lazer” (GARCIA, 1997 *apud* SOUSA, 2012, p.13). Esses projetos marcaram a identidade de Curitiba, e foram inauguradas cada vez mais obras, que se tornaram um recurso recorrente na elaboração da imagem de cidade ideal. A maneira como esses espaços foram apropriados, no entanto, representa um novo padrão de vida coletiva veiculada pelo poder do *marketing* que propaga e consolida essa imagem, o que implica em ideais que não podem ser absorvidos por toda a população da cidade e sugere, pois, valores culturais comparados ao estilo de vida da classe média (SOUSA, 2012, p.14).

Desse modo, o planejamento estratégico que fundamentou a competição entre cidades levou Curitiba a ser indicada como líder no *ranking* entre cidades latino-americanas sustentáveis devido a suas “iniciativas verdes e a incorporação da consciência ecológica pela população” (GONÇALVES, 2018, p.70). No entanto, diversos autores questionam o discurso da imagem de “Capital Ecológica” apresentada pela administração da cidade junto a dados que relacionam uma quantia de área verde por habitante, e apontam para o caráter contraditório do discurso, uma vez que a distribuição real das áreas verdes na cidade se mostra fortemente excludente (MENDONÇA, 2002, p.184).

Ainda assim, a atratividade causada pela venda da imagem positiva da capital, responsável pela aceleração da industrialização e urbanização, que por sua vez gerou “processos de periferação; foi marcada por intensos conflitos e o comprometimento das bases ecológicas” como poluição hídrica, do ar, solo e da vegetação (GONÇALVES, 2018, p.70). Tais consequências constituíram mais um dos motivos geradores da necessidade de produção de parques e reservas na cidade.

Esses processos se relacionam à gentrificação verde na medida em que:

[...] a matriz discursiva pró-sustentabilidade do planejamento municipal legitima intervenções de regeneração urbana estruturais de limpeza e criação de amenidades ambientais em áreas-problema da metrópole, apresentando a preocupação com o verde, a ecologia e a qualidade de vida. Todavia, à medida que certas áreas são requalificadas ambientalmente através da criação de parques e áreas verdes, bem como

corredores ecológicos que reforçam a estrutura verde da cidade, os valores fundiários voltam a subir, os investidores imobiliários voltam a interessar-se por essas áreas e tiram proveito de uma *rent gap* ambiental, gerando gentrificação e consequente desalojamento dos moradores de longa data e mais desfavorecidos pelo baixo poder aquisitivo (SAKATA, 2018, p.24).

Com esse entendimento, questionamos não somente se tal imagem positiva da cidade de Curitiba foi aproveitada para obter vantagem competitiva entre as metrópoles brasileiras no início da década de 1990 para criar, através do planejamento, as condições para atrair novas corporações nesse período de disputa; como também se esses esforços do poder público podem ter facilitado a implantação de grandes empreendimentos imobiliários. Nesse sentido, pode ser estabelecida ainda uma relação com a criação de parques e áreas verdes e a expansão dos condomínios residenciais fechados, que originaram o Ecoville de Curitiba, por exemplo, em “novos vetores de residência das classes de renda mais elevada, até então historicamente concentradas no entorno do centro de Curitiba” (SILVA, 2012, p.67 apud GONÇALVES, 2018, p.71).

O PROCESSO DE CRIAÇÃO DOS PARQUES URBANOS

Como apontado no item anterior e segundo Andrade (2001a), a criação de áreas verdes e parques na cidade de Curitiba esteve muito associada com a interferência dos agentes imobiliários, a valorização do entorno, o caráter estético e de *marketing*, o uso para promoção de grupos políticos e da cidade, além de estar associado com os aspectos sanitaristas desde o princípio.

Os primeiros parques criados na cidade, o Passeio Público em 1886, e os parques Barigui e São Lourenço, no início da década de 1970, tiveram como principais objetivos solucionar problemas de saneamento e de drenagem em áreas inundáveis. Segundo o Plano Preliminar de Urbanismo de 1965, os parques em proximidade com a calha aluvial deveriam ser dotados de lagos para servirem de reguladores de enchentes, de forma a mitigar possíveis prejuízos no centro da cidade, e seriam agentes de controle da ocupação do solo nessas áreas. Os lagos teriam que estar localizados à montante dos rios que cortam a parte central do município, inseridos principalmente na parte norte da cidade (FILHO, 2012). Tal metodologia de implementação às margens dos rios viabilizou investimentos culturais e de conservação das áreas próximas à calha aluvial, além de atuarem como limitador de ocupações, a exemplo do Parque Regional do Iguaçu, que conta com mais de 8.200.000 m², localizado na região sudeste da cidade.

VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA DO ENTORNO

Nesse processo, ao longo do século XX, os proprietários de grandes áreas da cidade foram estimulados a doarem suas terras à prefeitura para que pudessem ser transformadas em parques. Essa estratégia partia da premissa da eliminação da cobrança de impostos à família proprietária e um acordo de obtenção do domínio das áreas do entorno após a criação dos parques. O resultado foi a valorização imobiliária dos terrenos e uma mudança no perfil econômico da população, uma “segregação branca” (ANDRADE, 2001a). Como consequência, os moradores, até então, das áreas do entorno, foram forçados a transferirem suas residências para outros locais menos valorizados, não desfrutando assim das melhorias geradas pela implantação de parques e bosques.

Na Figura 01 podemos verificar a estrita relação entre a localização dos principais parques da cidade e a classe econômica dos moradores de cada região. Nota-se uma concentração espacial de parques nos bairros mais nobres de Curitiba, que atendem às necessidades e promovem melhoria da qualidade de vida para a classe mais abastada, em detrimento de bairros mais populares de classes inferiores.

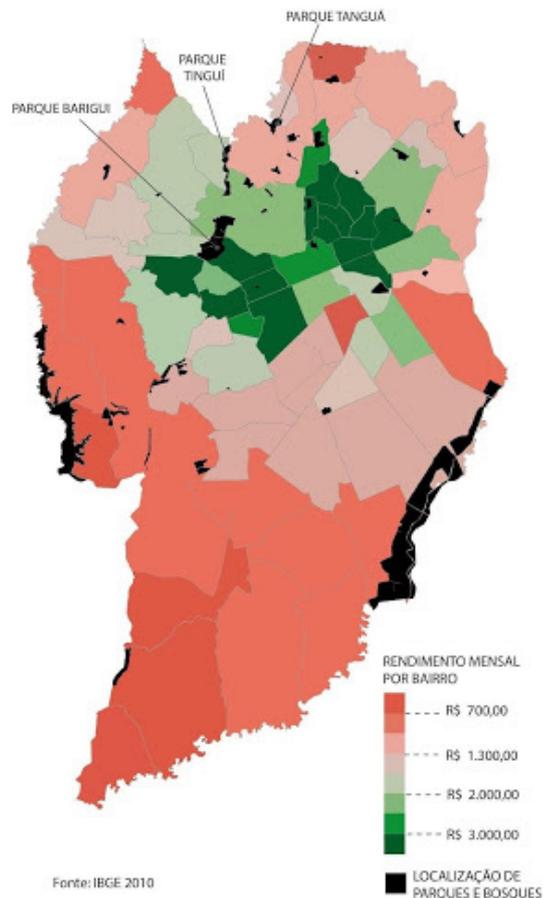


Figura 01 - Mapa comparativo das classes econômicas, por bairro, e localização dos parques e bosques na cidade de Curitiba.
Fonte: Gazeta do Povo, IBGE 2010. Modificado pelos autores.

Vale ressaltar que parte dos parques da região norte da capital paranaense foram criados como forma de prevenir a invasão das áreas por favelas. Inicialmente, o relevo mais acidentado apresentava maior dificuldade para a ocupação e, para prevenir a invasão das faixas de drenagem e os fundos de vale por moradias precárias, uma das ações preventivas foi a criação do sistema de parques, estruturado e fiscalizado pelo Departamento Municipal de Parques e Praças (SAKATA, 2018, p.42).

INDÍCIOS DA GENTRIFICAÇÃO VERDE EM CURITIBA

Com base no discurso de marketing em torno das ações adotadas para alcançar o título de “capital ecológica” e todo o processo de produção de áreas verdes, impulsionadas pelo poder público por meio do manejo das normas urbanísticas e da implantação de infraestrutura, podemos encontrar fortes indícios de gentrificação verde na capital paranaense. Nesse sentido, foram analisados três parques dessa cidade, Tanguá, Tinguí e Barigui, localizados na Figura 01, a partir dos estudos de Gonçalves (2018), Andrade (2001a e 2001b) e da pesquisa dos autores. Foi realizada uma pesquisa cartográfica, a partir da análise de mapas obtidos pelo *Google Earth* em diferentes períodos, a fim de comparar as mudanças físicas e socioeconômicas ocorridas na cidade, em função do surgimento dos parques escolhidos para comparação. Além disso, foram realizadas pesquisas documentais envolvendo o tema do estudo proposto através da análise de documentos como os Planos de Manejo dos parques elegidos para análise.

PARQUES TANGUÁ E TINGUÍ

O parque Tanguá foi inaugurado em 23 de novembro de 1996, seu nome significa “Baía das conchas” na língua indígena local e está localizado na rua Oswaldo Maciel, bairro Taboão em Curitiba. De acordo com o Plano de Manejo (2010), o parque foi construído com o objetivo de preservar a área de influência do rio Barigui, barrar possíveis usos nocivos para o fundo de vale, como a implementação de uma usina de reciclagem ou um depósito de lixo, que definitivamente geraria uma desvalorização daquela região, além de impedir invasões nas áreas com risco de enchente. O parque se configura como Unidade de Conservação Municipal, com boa parte de seu território localizado na área de preservação permanente do rio Barigui e nas antigas pedreiras da família Gava.

De acordo com a Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba (2010), o parque possui uma área de 235.000 m². De acordo com o Plano de Manejo do Parque Tanguá, já havia uma grande

expectativa de valorização imobiliária após a criação do parque, em conjunto com a exploração do potencial para turismo que ele ofereceria – o que de fato ocorreu 3 anos depois, quando houve aumento de liquidez, uma vez que se tornou mais fácil vender os lotes próximos ao parque, já que pelo menos 40% dos lotes do entorno foram valorizados. Essa mudança pode ser observada a partir da comparação das imagens de satélite do local em duas datas diferentes. Anteriormente à construção do Parque, como a foto aérea de 1980 permite observar (Figura 02), o local já possuía urbanização ao redor da antiga Pedreira, entretanto, após a inauguração, mais especificamente em 1999, destaca-se a construção de um condomínio horizontal na região (Figura 03), onde predominam moradores de maior renda, o que pode também ser constatado a partir dos dados do Censo IBGE (Figura 01) (GONÇALVES, 2018, p.81).



Figura 02 - Foto aérea da região do parque Tanguá no ano de 1980.

Fonte: Gonçalves, 2018, p.83.

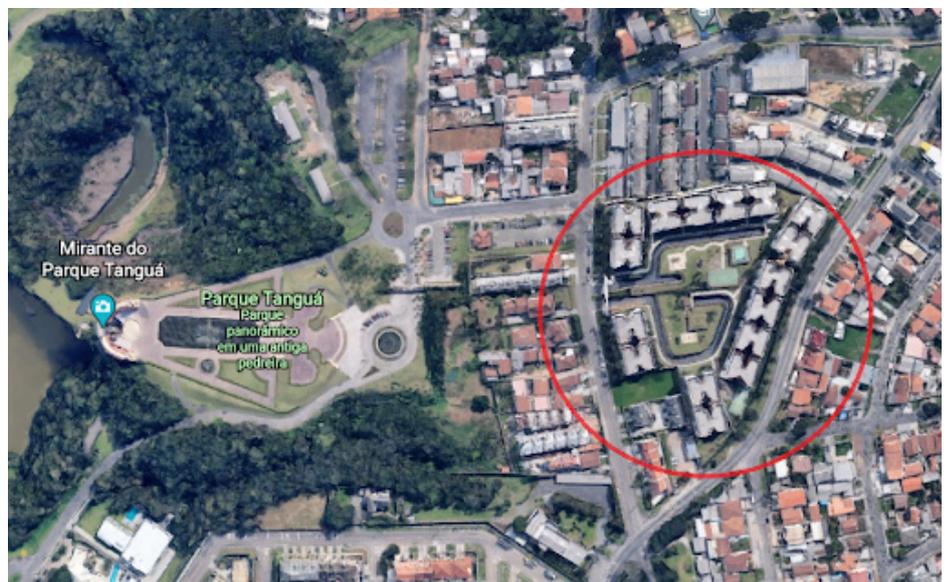


Figura 03 - Foto aérea da região do parque Tanguá no ano de 2020. Modificado pelos autores.

Fonte: Google Earth.

De maneira similar, o Parque Tingui, inaugurado em 1994 e localizado entre as ruas Fredolin Wolf e José Vale, ao longo do Rio Barigui, se configura como outro exemplo da gentrificação verde em Curitiba. Assim como no caso do Parque Tanguá, sua construção teve forte vínculo entre a esfera pública e a privada, com doação da área do parque para a prefeitura e previsões de valorização imobiliária do entorno (ANDRADE, 2001a, p.72). O mesmo autor aponta também que as imobiliárias envolvidas nos casos do Tingui e do Tanguá “continuaram de posse de outras áreas no entorno dos parques, que em menos de cinco meses tiveram uma valorização de até 60%”, e que, com os diversos empreendimentos de construções de alto padrão, houve expulsamento da população de renda mais baixa que ali habitava (ANDRADE, 2001b, p.1).

Tal processo pode ser percebido ao se analisar as fotos do padrão construtivo nos arredores do parque Tingui antes (Figura 04) e depois de sua construção (Figuras 05 e 06), nas quais se nota uma mudança da tipologia construtiva que passa de “casas de madeira ou pequenas casas de alvenaria” para “condomínios horizontais para pessoas de alto poder aquisitivo”, com áreas que variam entre 800 a 1.500 m² (ANDRADE, 2001b, p.7).



Figura 04 - Foto padrão construtivo anterior à implantação do Parque Tingui.

Fonte: Andrade, 2001b, p.8.

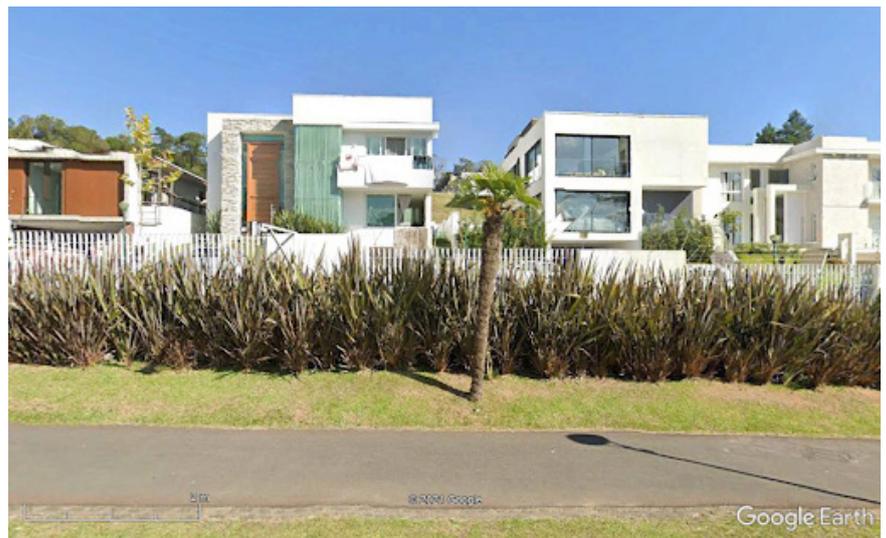
Figura 05 - Foto padrão construtivo do condomínio posterior ao Parque Tingui.

Fonte: ANDRADE, 2001b, p. 8.



Figura 06 - Foto *Street View*, padrão construtivo atual, posterior ao Parque Tingui.

Fonte: *Google Earth*, 2021.



PARQUE BARIGUI

Com base na pesquisa realizada por Gonçalves (2018) sobre os casos de gentrificação verde na cidade de Curitiba, o método utilizado no estudo e a compreensão da formação histórica da região, a partir de dados censitários e a análise da evolução da mancha urbana no tempo, é possível aplicar o processo em outras áreas não abordadas pela autora. Tal metodologia foi aplicada no presente trabalho, para o caso do parque Barigui e um de seus bairros limítrofes, o Bigorrião, localizados a oeste do centro da cidade (Figura 07).



Figura 07 - Localização do Parque Barigui e bairro Bigorriho em mapa.

Fonte: Elaborado pelos autores.

O bairro Bigorriho tem sua história iniciada no século XIX, com ocupação da região por imigrantes poloneses, alemães e ucranianos. Nas primeiras décadas do século XX houve o início do processo de expansão do bairro, com loteamentos como o da Vila Schimmelpfeng, empreendimento que marcou a história da região. Na década de 1960, com a venda de parte da gleba pertencente à Ordem Marista, também foi criada a Planta Jardim Champagnat, outro marco importante para o Bigorriho, que resultou em uma tentativa de mudança de nome do bairro. Até a metade do século, a região se caracterizava pela presença de edificações residenciais e comércios de pequeno porte no núcleo em que se originou o bairro, junto a pequenas propriedades rurais onde se produzia leite para as proximidades. Tal modelo de ocupação pode ser observado na Figura 08.



Figura 08 - O rio Barigui e o bairro Bigorrião em 1952.
Fonte: ESTEIO Engenharia e Aerolevantamentos S.A. 2021.



Figura 09 - O rio Barigui e o bairro Bigorrião em 1980.
Fonte: ESTEIO Engenharia e Aerolevantamentos S.A. 2021.

Na década de 1950, o rio Barigui ainda não havia sido represado para formar o grande lago que faz parte do parque homônimo. Tal conjunto só seria criado em 1972, sob iniciativa da gestão do

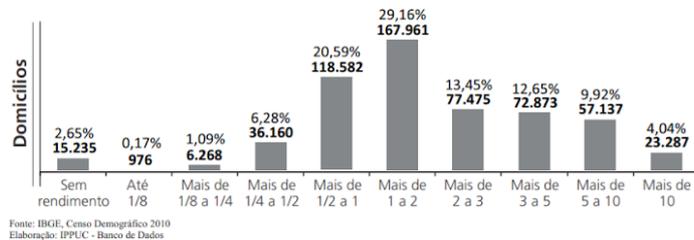
então prefeito Jaime Lerner, e faz parte das iniciativas que ajudaram a construir a já abordada imagem de Curitiba como capital ecológica. Paralelamente à criação do parque, no fim do século XX, tem início um processo de mudança na imagem do Bigorriho, em que as chácaras e casas deram lugar às vias de trânsito intenso e torres de apartamentos, de modo que, atualmente, o bairro se caracterize pela sua grande verticalização e seja o quarto mais denso da cidade, segundo dados do IBGE referentes ao censo de 2010. Na Figura 09 se observa o início do processo de densificação e verticalização do bairro, rapidamente loteado e ocupado nos arredores do parque Barigui, em fotografia de 1980.

Percebe-se no Bigorriho, portanto, uma ocupação seletiva das áreas próximas ao entorno do parque, direcionadas às famílias de maior poder aquisitivo. Segundo dados do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC (Figura 10), o território apresenta um dos maiores índices de rendimento mensal *per capita* se comparado com a média de toda cidade. Mais de 50% dos domicílios apresentam rendimento maior que cinco salários mínimos, bastante acima da média do município, de até dois salários mínimos.

RENDA

Domicílios⁴ por classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita em salários mínimos⁵ (SM)

Curitiba |



Bigorriho |

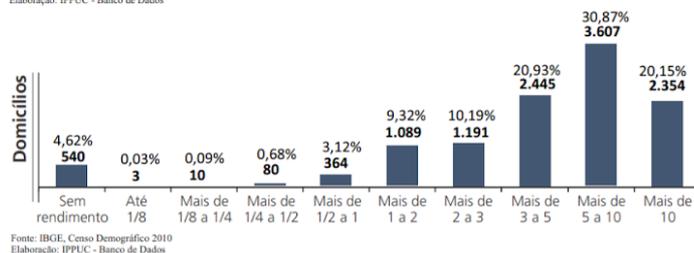


Figura 10 - Domicílios por classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita em salários mínimos.

Fonte: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC, 2015.

A gentrificação verde, neste caso, se intensifica também pela verticalização das propriedades próximas ao parque (Figura 11), diferentemente dos outros dois exemplos destacados anteriormente (Parque Tanguá e Tingui), caracterizados por condomínios horizontais de alto padrão.

Figura 11 - Vista aérea do parque Barigui e sua relação com os prédios.

Fonte: Gazeta do Povo, 2016.



Vale ressaltar que, embasados na publicidade de moradia próximas a áreas verdes, com vistas privilegiadas do lago, segurança e lazer – marketing de um “estilo de vida elitizado” – os apartamentos são vendidos ou alugados com valores de mercado elevados. Como consequência disso, a população com menor poder aquisitivo novamente se vê privada do uso e da frequência nas proximidades do parque.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As áreas verdes de parques em Curitiba, enquanto parte do lazer, preservação ambiental, valorização imobiliária e também de propaganda da cidade (SAKATA, 2018, p.42), tal como verificado ao longo do trabalho, constituem as vias pelas quais a gentrificação verde ocorre na capital. Embora o planejamento local dos parques inicialmente tivesse um viés sanitarista e uma preocupação ambiental, estes se tornaram símbolos de qualidade de vida, associados à imagem da cidade idealizada; e capitalizados tanto pelo mercado imobiliário quanto pelas administrações públicas. Nesse sentido, é importante destacar como, a partir dessa relação, a gentrificação não somente é uma consequência da implantação de parques, mas também opera efetivamente no impedimento de ocupação dessas áreas por moradores de baixa renda, como observado principalmente nos casos dos parques Tinguí e Tanguá.

Curitiba evidentemente segue o padrão de estruturação territorial segregador das metrópoles brasileiras (SAKATA, 2018, p.129), no qual as infraestruturas, incluindo áreas verdes, se distribuem de forma desigual pela cidade. Nesse cenário, os espaços livres caprichosamente urbanizados e os parques são utilizados como ferramenta para a qualificação simbólica pretendida, com a formação de uma paisagem a ser consumida pelas classes mais

altas, de forma a garantir a rentabilidade dos investimentos.

Ao compreender a distribuição espacial das áreas verdes e as rápidas alterações sofridas no entorno dos parques após sua implantação – a exemplo do parque Barigui –, revela-se a intrínseca influência que essas áreas exercem sobre o processo de produção da cidade de Curitiba (ANDRADE, 2001b). Nesse sentido, conforme Livia Gonçalves (2018, p.95) a participação popular na tomada de decisões e a criação de espaços públicos de lazer com iniciativas de moradores se constituem como forma de coibir, em menor escala, os processos abordados. Ainda que não exclusivamente, essa e outras medidas – como o uso de instrumentos da política urbana, a exemplo da obrigatoriedade de construção de unidades sociais (GONÇALVES, 2018, p.95) – permanecem pertinentes na contraposição da gentrificação verde verificada na capital paranaense.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Rivail Vanin de. **O processo de produção dos parques e bosques públicos de Curitiba**. 129 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001a.

ANDRADE, Rivail Vanin de. O processo de produção, espacialização e apropriação das áreas verdes na cidade de Curitiba – Paraná – BR. *In: ENCUESTRO DE GEOGRAFOS DE AMÉRICA LATINA*, 8., 2001, Santiago. **Anais** [...]. Santiago, Chile: [S.l.], 2001b.

ANGUELOVSKI, Isabelle *et al.* New scholarly pathways on green gentrification: What does the urban 'green turn' mean and where is it going?. **Progress in Human Geography**, Vol. 43(6), p. 1064-1086, 2019. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0309132518803799>. Acesso em: 20 jan. 2021.

BOREKI, Vinícius. No extremo da riqueza e da pobreza. **Gazeta do Povo**. 2010. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/no-extremo-da-riqueza-e-da-pobreza-9fegnn-8zhdq079p9bg8tooz0u/>. Acesso em: mar. 2021.

CURITIBA, Prefeitura Municipal de. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC. **Nosso Bairro: Bigorrião**. Coord. Lucimara Wons. Curitiba: IPPUC, 2015. Disponível em: <https://ippuc.org.br/nossobairro/anexos/11-Bigorrião.pdf>. Acesso em: mar. 2021.

ESTEIO ENGENHARIA E AEROLEVANTAMENTOS S.A. **Curitiba ontem e hoje**. [S.d.] Disponível em: <https://www.esteio.com.br/va>

riedades/curitiba-ontem-e-hoje/. Acesso em: mar. 2021.

CURITIBA, Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal do Meio Ambiente. **Parque Barigui**. Curitiba, 2020. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/parque-barigui/292>. Acesso em: mar. 2021.

CURITIBA, Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal do Meio Ambiente. **Parque Tanguá**. Curitiba, 2020. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/parque-tangua/318>. Acesso em: mar. 2021.

CURITIBA, Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal do Meio Ambiente. **Parque Tingui**. Curitiba, 2020. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/parque-tingui/321>. Acesso em: mar. 2021.

GLASS, Ruth. **London**: aspects of change. London: MacGibbon & Kee, 1964.

GONÇALVES, Livia. **Gentrificação verde, injustiça ambiental e a localização de parques urbanos no município de Curitiba**. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018. Disponível em <https://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/58909/R%20-%20D%20-%20LIVIA%20PRIORI%20GONCALVES.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: jan. 2021.

GOOSSENS, Cedric; OOSTERLYNCK, Stijn; BRADT, Lieve. Livable streets? Green gentrification and the displacement of longtime residents in Ghent, Belgium. **Urban Geography**, Vol.41, Issue 4, p.550-572, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/02723638.2019.1686307>. Acesso em: jan. 2021.

GOULD, K. A.; LEWIS, T. L. **Green Gentrification**: Urban sustainability and the struggle for environmental justice. New York: Routledge, 2016.

MENDONÇA, F. Aspectos da problemática ambiental urbana da cidade de Curitiba/PR e o mito da "capital ecológica. **GEOUSP Espaço e Tempo (online)**, [S. l.], v.6, n.2, p.179-188, 2002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123778>. Acesso em: jan. 2021.

RIBEIRO, Diego. E se o Parque Barigui fosse administrado pela iniciativa privada? **Gazeta do Povo**. 2016. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/eleicoes/2016/e-se-o->

-parque-barigui-fosse-administrado-pela-iniciativa-privada-b-9nxl6jbtbw7kqhdcde3bxsy8/. Acesso em: mar. 2021.

SAKATA, Francine Mariliz Gramacho. **Parques urbanos no Brasil - 2000 a 2017**. 2018. Tese (Doutorado em Paisagem e Ambiente). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/T.16.2018.tde-20092018-143928. Acesso em: jan. 2021.

SAKATA, Francine Gramacho, MEDEIROS, Wilton e GONÇALVES Fábio Mariz. Gentrificação verde em Goiânia: O papel dos parques brasileiros do século XXI nas transformações urbanas. **Sociabilidades Urbanas – Revista de Antropologia e Sociologia**, Vol.2, n.6, p.137-149, novembro de 2018. Acesso em: jan. 2021.

SINGULAR Champagnat: tudo o que você precisa saber sobre os apartamentos de alto padrão no Bigorriho. CLG Construtora Incorporada, 2020. Disponível em: <https://blog.cgl.com.br/apto-alto-padrao-bigorriho/>. Acesso em: mar. 2021.

SOUSA, Thais Figueiredo de. **Curitiba e o mito da “Cidade Modelo”**. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/48812>. Acesso em: jan. 2021.

STACZUK, Maria Emilia. Antiga região de chácaras, Bigorriho vira reduto de condomínios de alto padrão. **memilia Notícias**. Disponível em: http://www.memilia.com/noticia/6095_Antiga-regiao-de-chacarar,-Bigorriho-vira-reduto-de-condominios-de-alto-padroo-. Acesso em: mar. 2021.

TORRES, P. H. C. Gentrificação verde: novos debates, abordagens e agendas de luta na cidade contemporânea. **e-metropolis (online)**, n.31, ano 8. dez. 2017. p.63-65. Disponível em: <http://emetropolis.net/artigo/239?name=gentrificacao-verde>. Acesso em: ago. 2021.

WOLCH, Jennifer R.; BYRNE, Jason; NEWELL, Joshua P. Urban green space, public health, and environmental justice: The challenge of making cities ‘just green enough’. **Landscape and Urban Planning**, Vol.125, p.234-244, maio 2014. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0169204614000310>. Acesso em: jan. 2021.

BEATRIZ FERREIRA DE ABREU

Acadêmica do 6º período de Arquitetura e Urbanismo, Escola de Arquitetura (EA), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG);
E-mail: beatrizfabreu99@gmail.com

PEDRO ZANATTA MIRANDA HORN

Acadêmico do 6º período de Arquitetura e Urbanismo, Escola de Arquitetura (EA), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG);
E-mail: pedrozanattamhorn@gmail.com

NATHÁLIA DE SOUZA MENDES

Acadêmica do 6º período de Arquitetura e Urbanismo, Escola de Arquitetura (EA), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG);
E-mail: nathalia.souzmendes@gmail.com

CAROLYNA CASTRO QUINTAS

Acadêmica do 6º período de Arquitetura e Urbanismo, Escola de Arquitetura (EA), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG);
E-mail: carolyna.c.q@gmail.com

MARIA FERNANDA REZENDE SILVA

Acadêmica do 6º período de Arquitetura e Urbanismo, Escola de Arquitetura (EA), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
E-mail: mariarezende.arq@gmail.com

RECEBIDO EM:
30/06/2021

REAPRESENTADO EM:
27/08/2021

APROVADO EM:
18/10/2021